
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
LEI Nº 382, DE 06 DE JANEIRO DE 2022.

LEI Nº 382, de 06 de Janeiro de 2022.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE
PROVIMENTO EFETIVO NO QUADRO DE
PESSOAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Boa Saúde, neste Estado, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

Considerando que o Projeto Lei Nº 07/2008 que regula a carreira de agentes comunitários de saúde no âmbito do Município de Boa Saúde, foi aprovada pela Câmara Municipal em 13 de agosto de 2008;
Considerando que a então Prefeita Municipal não sancionou o Projeto de Lei aprovado, e tampouco o publicou;

Considerando que pela inércia da gestora, e pelo decurso do prazo, ocorreu a sanção tácita da referida Lei;

Considerando que para o completo encerramento do processo legislativo ser necessária a promulgação e publicação do diploma legal;

Considerando que há no quadro da prefeitura agentes comunitários de saúde em pleno exercício da função, e que necessitam da regulamentação de sua situação funcional;

Considerando os princípios da razoabilidade, legalidade, impessoalidade, publicidade e do interesse público;

Resolve, promulgar e publicar o mencionado Projeto de Lei, que ganhará numeração de acordo com o padrão utilizado pelo Município de Boa Saúde, e cujos efeitos retroagem à época de sua sanção tácita, em 13 de agosto de 2008, conforme o que segue:

Art. 1º. Ficam criados e incorporados à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Boa Saúde/RN, e integrantes da Unidade Administrativa de Secretaria Municipal de Saúde, os cargos de provimento efetivo especificados nesta Lei, em número de 22 (vinte e dois) Agentes Comunitários de Saúde e 02 (dois) Agentes de Combate às Endemias.

Art. 2º. São Consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I - Utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;

II - a promoção das ações de educação para saúde individual e coletiva;

III - o registro, para fins exclusivas de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimento, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV - estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas área de saúde;

V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;

VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor da saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 3º. O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - residir na área da comunidade em que atua;

II - haver concluído com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada e haver concluído o ensino médio.

Parágrafo único. Não se aplica a exigência de conclusão do ensino médio. estabelecida no caput deste artigo, aos profissionais que na data do início da vigência da Emenda Constitucional n. 51, de 14 de fevereiro de 2006, estavam exercendo atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 4º. O Agente de Combate às Endemias tem como atribuições o exercício das atividades de vigilância ambiental, prevenção e controle de doenças zoonóticas e promoção da saúde, atividades estas

desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º. O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I -haver concluído com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada;

II- haver concluído o ensino médio;

Parágrafo único. Não se aplica a exigência de conclusão do ensino médio, estabelecida no caput deste artigo, aos profissionais que na data do início da vigência da Emenda Constitucional nº. 51, de 14 de fevereiro de 2006, estavam exercendo atividades próprias de Agente de Combate às Endemias.

Art. 6º. A admissão de novos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo Municipal, em conformidade com o que dispõe o art. 2º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº. 51, de 14 de fevereiro de 2006, autorizado o proceder ao enquadramento, no seu quadro permanente de servidores, dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, devidamente especificado nesta Lei, cujos profissionais, da data da publicação da Emenda Constitucional acima mencionada, já desempenhavam, a qualquer título, essas atividades, ficando os mesmos dispensados de se submeterem ao processo seletivo a que se refere o § 4º do art. 198, da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública realizado pelo Município de Boa Saúde/RN, ou por qualquer ente integrante da Administração Pública Federal ou Estadual.

Art. 8º. O vínculo estatutário com o serviço público dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias somente poderá ser desfeito, por ato unilateral de administração pública, nas seguintes hipóteses:

I - Prática de falta grave devidamente enumeradas no Regime Jurídico Único do Município de Boa Saúde/RN;

II - Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade da redução do quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos Termos da Lei Complementar n. 101/2000;

IV - Insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos, um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em, no máximo, 30 (trinta) dias; e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade do vínculo estatutário, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

Art. 9º. Aplicam-se aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias a permissão de acumulação de cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, de que trata o art. 37, XVI, da Constituição Federal, respeitada a compatibilidade de horários.

Art. 10. A remuneração mensal do cargo de Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias é de RS 415,00 (quatrocentos e quinze reais).

Art. 11. Constitui recuso orçamentário para a cobertura a despesa decorrente de execução da presente Lei, a dotação específica constante do orçamento corrente, tendo como recurso financeiro aquele originado de convênios ou programas firmados com a União ou com o Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de agosto de 2008, vogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Saúde/RN, 06 de janeiro de 2022.

JOSÉ WELLINGTON ALVES ROCHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lowhan Gustavo Faustino da Silva
Código Identificador:4C5D044E

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado
do Rio Grande do Norte no dia 10/01/2022. Edição 2690
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>